

## **CARTA POLÍTICA**

### **5ª CONFERÊNCIA INTERTERRITORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Nos dias 14 e 15 de julho de 2015, reunimo-nos integrantes da sociedade civil e poder público de quase todos os municípios dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, no município de Conceição do Coité para uma análise de nossas vidas e ações na perspectiva da construção e disponibilidade para todos da comida de verdade no campo e na cidade.

Buscamos, inicialmente, aprofundar o que significava para nós, comida de verdade no campo e na cidade. Descobrimos que se trata de uma comida de origem na agricultura familiar e camponesa sem transgênico, sem agrotóxico, respeitando a tradição, os saberes, o modo de viver das comunidades e das pessoas que ao alimentar-se promovem a partilha da vida, respeita a natureza e garante os direitos das pessoas que trabalham na produção da comida.

Reafirmamos, que essa comida de verdade não pode ser produzida sem o acesso à terra e território, assistência técnica processual e sistemática, crédito adequado, beneficiamento e venda da produção da agricultura familiar, PAA, PNAE, Água Para Todos, Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família, Bolsa Estiagem), Seguro Safra e outras ações que fortalecem a agricultura familiar. Nesse contexto é importante lembrar duas coisas: uma delas, é que são os agricultores/as quem alimentam a nação com comida de verdade; responsáveis por 84% dos alimentos produzidos, o outro aspecto é que os Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe tem sido espaço histórico de luta através de suas organizações na busca para que os direitos das crianças, adolescentes, mulheres, mutilados e mutiladas sejam sistematicamente garantidos e ampliados.

Olhando o caminho que percorremos até aqui, temos orgulho do que fizemos. Nossa ação retirou milhões de pessoas da linha de pobreza e garantiu que milhares de pessoas passassem da INSAN para a segurança alimentar. Nos orgulhamos em contribuir para que o Brasil tenha saído do mapa da fome da FAO.

Nosso orgulho, no entanto, não nos leva a desconhecer nossos limites, mas também, nos conduz a querer descobrir o que poderemos fazer de melhor para o acesso a comida de verdade para o campo e para a cidade. Olhando os nossos territórios ficamos preocupados com fatos ocorridos, como:

- a) O acesso extremamente precário à terra e território que inviabiliza a vida dos assentados e assentadas violando seu direito à educação contextualizada, ao sistema de produção, ao crédito, criação dos pequenos animais, transformando-os em pessoas em situação de vulnerabilidade;

- b) A proliferação do uso dos agrotóxicos indiscriminadamente no controle dos pastos, em especial, o uso de agrotóxicos banidos em outros países;
- c) Assistência técnica aos agricultores/as, embora anunciada, ainda não se concretizou;
- d) A burocratização do PAA e o afastamento da gestão do PAA das cooperativas, grupos de produção;
- e) O não cumprimento da compra dos produtos da Agricultura Familiar de no mínimo 30% na alimentação escolar;
- f) O anúncio pelo governo da universalização de água nas escolas através das cisternas de polietileno;
- g) A não adequação da legislação da vigilância sanitária para a agricultura familiar no beneficiamento e venda dos produtos;
- h) A distribuição sistemática de sementes animal e vegetal sem origem comprovada que comprometem o patrimônio genético transformando os agricultores/as em recebedores de doações ao invés de protagonistas de sua própria história;
- i) Após a elaboração, realização de audiências públicas, envolvimento da sociedade e a criação de esperanças e expectativas a Política de Convivência com o Semiárido continua sem encaminhamentos necessários para sua efetivação;
- j) As pessoas da cidade ainda possuem pouco acesso à comida de verdade.
- k) Municípios que ainda não aderiram ao SISAN

Apontamos que este não é o caminho que queremos trilhar porque ele intensifica as desigualdades sociais e nos reporta a um passado que queremos desconstruir. Desse modo, recomendamos:

1. Garantia do acesso à terra através do cuidado com os assentamentos viabilizando políticas como educação contextualizada, crédito apropriado, sistema de produção, valorização e respeito à sua identidade territorial;
2. A realização da reforma agrária através do INCRA para a desapropriação de terra como princípio fundamental e estratégico do acesso a terra.
3. Proibição imediata do uso dos agrotóxicos tal como sua aplicação nesta região e no Estado;
4. Sistema de produção baseado nos princípios agroecológicos respeitando e valorizando a agrobiodiversidade;
5. Assessoria técnica agroecológica, adequada, sistemática e continuada iniciada e consolidada,
6. Retorno do PAA na sua formatação inicial com contratos firmados com empreendimentos da economia solidária;
7. Cumprimento da obrigatoriedade da compra de, no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar, na alimentação escolar;
8. Dinamização do processo da cultura do estoque através da universalização da água de consumo, dotação dos pequenos povoados e periferias urbanas de sistemas simplificados e equipamentos de acesso a água para consumo humano, forte ampliação do acesso de agricultores/as

às tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para produção;

9. Universalização do acesso à água nas escolas do campo através de cisternas de placas com a capacidade de armazenar 52 mil litros de água acoplada à melhoria no sistema de fornecimento de água da própria escola e formação de educação contextualizada para a comunidade escolar;
10. Adequação da legislação da vigilância sanitária para o escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar;
11. Incentivo aos bancos de sementes crioulas que resgate e preserve o modo de guardar e cultivar suas sementes tradicionais;
12. A aprovação da Política de Convivência com o Semiárido que possui elementos essenciais para a continuidade da melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no semiárido;
13. Criação e dinamização de feiras agroecológicas na cidade possibilitando que as pessoas tenham acesso a um alimento saudável;
14. Garantia da permanência da explicitação da rotulagem dos produtos e seus componentes facilitando ao cidadão/ã o direito de definir o que comer.
15. Incentivo aos municípios para a adesão ao SISAN criando a legislação, o plano, o conselho, o grupo governamental de SAN e que realize as conferências visando o bom funcionamento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com a legislação Federal e Estadual;
16. Inclusão no currículo escolar da Educação Alimentar e Nutricional para que nossas crianças e adolescentes conheçam e valorizem a comida de verdade, na maioria das vezes, produzidas no quintal de suas casas.
17. Incentivo à formação, pesquisa e extensão no campo da Segurança Alimentar e Nutricional em cursos das universidades federal e estadual.
18. Uso dos meios de comunicação na formação de educação alimentar, nesse sentido é importante a democratização das rádios comunitárias e Tvs educativas e abertas.

Almejamos que os nossos territórios avancem na efetivação do DHAA e que continuem enchendo nosso povo de vida para continuar a lida e a luta, para tanto, reafirmamos o compromisso de intensificar as relações e diálogo entre sociedade civil e poder público. Somente através dessa concertação/parceria que é possível contribuir para a diminuição da pobreza, das desigualdades sociais, e, acima de tudo, garantir que a comida de verdade chegue à mesa dos brasileiros/as tanto no campo quanto na cidade.